

SEGURANÇA E PRIVACIDADE DE DADOS

O Guardiões da Saúde (GdS) é uma aplicação gratuita para dispositivos móveis que atende aos requisitos de segurança de dados privados e não exposição de dados pessoais, tendo como objetivo estimular e viabilizar a vigilância participativa em saúde. Idealizado pela Associação Brasileira de Profissionais de Epidemiologia de Campo (ProEpi) e desenvolvido pelo Ministério da Saúde, em 2007, para monitorar eventos de grande porte no Brasil, o GdS foi utilizado durante a Copa do Mundo FIFA de 2014. nos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos no Rio de Janeiro em 2016, graças a uma parceria entre Skoll Global Threats Found (SGTF), o Ministério da Saúde, a startup Epitrack e a ProEpi.

Em 2020, em parceria com a Sala de Situação em Saúde da Universidade de Brasília (UnB), a ferramenta foi atualizada com foco na pandemia de Covid-19, sendo utilizada por instituições como a UnB, fazendo com que em março de 2021, o GdS já contasse com 26 mil usuários cadastrados. Agora, desde julho de 2021, a parceria inclui a Sala de Situação em Saúde da UnB, a ProEPI e a Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), por meio do Núcleo Executivo de Vigilância em Saúde (NEVS), e está voltada ao desenvolvimento de funcionalidades do aplicativo, desta vez focadas na vigilância ativa institucional e participativa.

Por se tratar de uma plataforma mobile nativa, acessível para dispositivos móveis com sistema operacional Android e IOS, foi analisado e aprovado pelo Comitê de Governança Digital da UFSCar e atende aos princípios da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). Nesse sentido, a UFSCar tornou-se gestora dos dados gerados pelo aplicativo, relativos especificamente a usuários que declarem no app seu vínculo com a Universidade, através da formalização de TERMO DE CESSÃO DE DIREITO DE USO DE APLICATIVO “GUARDIÕES DA SAÚDE”, assinado entre a UFSCar e a PROEPI, após extensa análise técnica e jurídica. O que garante à UFSCar atuar na guarda e proteção de dados gerados pelo GdS e influenciar o desenvolvimento do aplicativo. É importante ressaltar que tais dados destinam-se exclusivamente a fins pedagógicos, auxílio em pesquisas e desenvolvimento e/ou aprimoramento de estratégias de ações de respostas de enfrentamento à Covid-19.

O desenvolvimento de sistemas e aplicações digitais, a ampliação da capacidade computacional dos dispositivos, o desenvolvimento dos algoritmos de mineração de dados, os sistemas de inteligência artificial, a capilaridade das redes sociais e as tecnologias para

celulares favorecerem a criação de novas plataformas para atuação complementar aos sistemas tradicionais de vigilância em saúde. No enfrentamento à Covid-19, diversos governos vêm articulando essas tecnologias para o esforço de controle da pandemia.

Nesse contexto, essas tecnologias articuladas, chamadas genericamente de “vigilância digital”, fazem emergir novos potenciais e recursos no campo da saúde. A detecção digital de situações de interesse para a saúde pública por meio das tecnologias de informação, tornou-se estratégia positiva para a construção de cenários epidemiológicos com a participação da população, se antecipando às fontes tradicionais de informação. Por outro lado, experiências de vigilância digital podem incorrer em quebra do sigilo de dados privados, o que fere questões éticas consagradas no campo da saúde e coloca em foco o risco de abusos e violações de direitos fundamentais.

Nesse sentido, quando se trata do contexto da Covid-19, diversos países adotaram estratégias de vigilância digital. Segundo mapeamento realizado pelo portal onezero.medium.com, em maio de 2020, a forma mais comum de vigilância digital implementada para combater a pandemia foi o uso de dados de localização de smartphones, para medir a adesão e até impor quarentenas individuais. Diversos governos realizaram acordos com empresas de telecomunicações para ter acesso aos dados de localização dos seus usuários. Países como Argentina e Austrália adotaram aplicativos e outros dispositivos eletrônicos de vigilância para impor isolamento e distanciamento social em casos de viajantes, pessoas contaminadas e casos suspeitos de Covid-19. Países como Bélgica, China e Coreia do Sul incluíram monitoramento por câmeras, drones, imagens de satélites em suas estratégias de monitoramento das medidas de enfrentamento da pandemia em seus territórios. Outros países adotaram estratégias de vigilância digital por meio de aplicativos que compartilham dados de localização e proximidade, via bluetooth. Indonésia e Singapura utilizaram essa estratégia para rastrear movimentos e contatos pessoais, tornando público dados de pessoas contaminadas pela Covid-19.

No Brasil, o aplicativo proposto pelo governo federal, Coronavírus-SUS, utiliza a tecnologia bluetooth para gerar notificações de proximidade com pessoas e locais em que houve ocorrência de sintomáticos ou indivíduos com testes positivos para a Covid-19, nos últimos 14 dias. Dessa forma, por meio do app, os usuários poderiam evitar esses locais ou redobrar os cuidados preventivos. As informações privadas são protegidas, segundo os responsáveis pelo app, pois o aplicativo direciona para uma aplicação web do governo federal que gera um token (sequência numérica), a qual, adicionada ao app, substitui a identidade do dispositivo, respeitando a LGPD. Entretanto, essa aplicação traz informações “ecológicas” relacionadas à transmissão comunitária do novo coronavírus, mas não permite

o acionamento das equipes de vigilância locais, pois por meio desse sistema não é possível identificar os indivíduos acometidos ou sintomáticos. Sendo assim, não há impacto no cuidado individual e na melhoria do tempo de resposta da vigilância epidemiológica.

A pandemia de Covid-19 é uma emergência em saúde pública global, o que demanda resposta coordenada e em larga escala das esferas de gestão dos sistemas de saúde e governos de todo o mundo. Mas estes esforços de enfrentamento não podem ser utilizados como pretexto para a flexibilização de legislações de proteção de dados pessoais, privacidade e liberdade. E não devem liberar o poder público do seu papel na regulamentação, fiscalização e imposição de limites para o acesso e gestão de dados privados e pessoais pelas corporações.

Entretanto, no modelo tradicional de vigilância, considerando o fluxo de informações e notificações, o indivíduo doente só será conhecido se adentrar algum serviço, e que, após o diagnóstico da suspeita poderá ser notificado como possível caso. Ainda, existem os casos de pessoas assintomáticas ou oligossintomáticas que apresentam sintomas menos severos de determinadas condições e não procuram os serviços de saúde. Além disso, os sistemas de informação tradicionais do SUS, apresentam limitações em relação à interoperabilidade e às condições de infraestrutura de redes e equipamentos nos serviços e áreas técnicas da maioria dos municípios brasileiros. Os processos de trabalho ainda não são totalmente informatizados e há dificuldades de acesso à internet banda larga com qualidade e segurança, dificultando a integração de sistemas e dados.

Nesse contexto, a subnotificação e o atraso na digitalização dos dados, gera um atraso na atualização de indicadores e informações estratégicas por dias e semanas, dependendo da região do país, o que inviabiliza ações de vigilância epidemiológica em tempo oportuno (capazes de bloquear as cadeias de transmissão viral). Em função dessas deficiências, diversos governos municipais e estaduais estão interessados na adoção de estratégias de “vigilância digital”.

Na UFSCar, a preocupação com os riscos do uso indiscriminado de dispositivos de vigilância digital, em relação à proteção de dados pessoais, privacidade e liberdade, estiveram presentes desde o primeiro momento. Além disso, foi muito presente a observação do Plano Diretor de Tecnologia de Informação e Comunicações (PDTIC) da UFSCar e a adoção estratégica dos softwares livres (*open source*) como uma das principais medidas estratégicas para segurança da informação e governança de dados e sustentabilidade.

Diversos sujeitos, projetos e coletivos na UFSCar se envolveram em iniciativas e estudos realizados sobre as experiências e estratégias de resposta à emergência sanitária da Covid-19. As discussões, sistematização e divulgação de experiências da Atenção Primária à Saúde no enfrentamento da Covid-19 (<https://www.informasus.ufscar.br/experiencias-da-atencao-primaria-em-saude-no-sus/>) realizada pelo Programa de Extensão Universitária InformaSUS, a partir da articulação de uma rede nacional de colaboradores, chamou atenção para o potencial positivo da participação das comunidades e iniciativas auto-organizadas de enfrentamento da pandemia, visibilizando bons resultados, mesmo em situações de extrema vulnerabilidade social, territórios de conflito e situações de baixo respaldo institucional e financeiro do poder público.

As evidências do papel da participação social e do engajamento comunitário no grau de sucesso no enfrentamento da Covid-19 e seus efeitos corroboram com as características da vigilância participativa, que trata-se de um conjunto de estratégias de vigilância em saúde que contam com a contribuição voluntária de pessoas da comunidade na detecção de situações de interesse em saúde pública, articuladas por meio de tecnologias de informação.

Tais estratégias de vigilância participativa podem favorecer a detecção oportuna de sinais de alerta para a ocorrência de surtos em diferentes locais, territórios e comunidades, integrando dados relativos a rumores, ocorrência de sintomas, ou notificação de casos confirmados, utilizando dispositivos ou plataformas conectadas em uma rede integrada. Na vigilância participativa, as ferramentas digitais integram uma rede de informação que pode ser fechada e controlada, segundo uma política de proteção de dados pessoais, privacidade e liberdade bem definida e transparente, com finalidade exclusiva para a saúde individual, coletiva e ambiental.

Na UFSCar, a estratégia Guardiões da Saúde foi desenhada para constituir-se como um processo de Vigilância Participativa. Nesta, o aplicativo GdS será ofertado à toda a comunidade universitária. As pessoas farão adesão voluntária ao uso do app. As permissões e adesão ao programa de Vigilância Ativa da UFSCar são acompanhadas de termos de uso e privacidade.

Dados sensíveis como nome, vinculação institucional, e-mail e número de celular serão compartilhados apenas com profissionais de saúde que atuam no Grupo Técnico de Vigilância Epidemiológica da UFSCar, sendo o uso exclusivamente para orientar as ações de vigilância epidemiológica, cuidado individual e coletivo das pessoas envolvidas. Nenhum

dado será compartilhado sem permissão expressa e específica do usuário. O acesso ao banco de dados é restrito, sob responsabilidade da UFSCar, vinculado a termo de cessão de dados com validade de cinco anos.

Dessa forma, reforçamos que qualquer exportação de dados para pesquisa, análise e produção de indicadores, respeitará os princípios éticos do anonimato, as resoluções e normas brasileiras de ética em pesquisa com seres humanos. Os dados não sigilosos podem ser utilizados para fins de pesquisa, mediante autorização expressa da UFSCar, delegada ao Núcleo Executivo de Vigilância em Saúde (NEVS), por meio de Termo de Anuência específico. As estatísticas e indicadores alimentados pelos dados do GdS serão divulgadas regularmente do portal Vencendo à Covid-19 (<https://www.vencendoacovid19.ufscar.br/>). De modo que, por meio do aplicativo, usuários possam registrar diariamente seu estado de saúde e estas informações auxiliem no monitoramento em tempo real da situação epidemiológica em determinada localidade, através do mapa da saúde, além de ter notícias de fontes confiáveis e orientações gerais sobre a pandemia, como, por exemplo, medidas de biossegurança para evitar a transmissão do vírus.

FONTE DE CONSULTA

Termo de Referência - Estratégia Guardiões da Saúde UFSCar

1. Como o aplicativo Guardiões da Saúde protege a minha privacidade?

A Estratégia Guardiões da Saúde UFSCar foi desenhada para constituir-se como um processo de Vigilância Participativa e o aplicativo GdS será ofertado a toda comunidade acadêmica e a adesão é voluntária.

Dados sensíveis como nome, vinculação institucional, e-mail e número de celular serão compartilhados apenas com profissionais de saúde que atuam no Grupo Técnico de Vigilância Epidemiológica da UFSCar, sendo o uso exclusivamente para orientar as ações de vigilância epidemiológica, cuidado individual e coletivo das pessoas envolvidas. Nenhum dado será compartilhado sem permissão expressa e específica do usuário. O acesso ao banco de dados é restrito, sob responsabilidade da UFSCar, vinculado a termo de cessão de dados com validade de cinco anos.

O Uso dos Dados é exclusivo para ações de Vigilância em Saúde Universitária, não sendo autorizados uso dos dados para finalidades que não sejam de cunho pedagógico, para auxiliar pesquisar e aprimorar as estratégias de combate à Covid-19

O aplicativo atende aos requisitos de segurança da Legislação de Proteção de Dados Privados e foi aprovado pelo Comitê de Governança Digital da UFSCar, não havendo portanto, exposição de dados pessoais, além disso, a segurança foi uma das grandes pautas do Plano Diretor de Tecnologia de Informação e Comunicações (PDTIC) da UFSCar visando à proteção de dados pessoais, privacidade e liberdade. Bem como a adoção estratégica dos softwares livres (*open source*) como uma das principais medidas estratégicas para segurança da informação e governança de dados e sustentabilidade.

2. A ferramenta “mapa da saúde” é confiável?

Durante o uso do app, você tem liberdade para ativar e desativar sua localização a qualquer momento, além disso, caso alguma ferramenta do app precise da sua localização isso será notificado e solicitado, garantindo assim o seu consentimento. Qualquer exportação de dados para pesquisa, análise e produção de indicadores, respeitará os princípios éticos do anonimato.

O mapa da saúde é uma ferramenta importante pois permite que você visualize o estado de saúde das pessoas reportados naquela região. Nenhum dado sensível do usuário é exposto. Essa função te ajuda a ter uma visão de como está a saúde das pessoas à sua volta e nos locais que você pretende ir. Se você observar que em uma certa área tem muitos relatos de sintomas da Covid-19 você pode evitar passar no lugar, adiar sua ida até o local ou redobrar as medidas de prevenção ao passar nessas regiões.